



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS
SETOR DE CONTABILIDADE

RESUMO CONTÁBIL

Natal, 06 de fevereiro de 2023.



BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	31 de março de 2022	31 de dezembro 2021
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	74.285	70.658
Contas a Receber	5	5.055	4.037
Estoques	7	9.000	8.081
Tributos a Compensar	8	6.990	6.843
Despesas Antecipadas		173	33
Outros Créditos	6	4.758	2.577
Total do ativo circulante		100.261	92.231
Não Circulante			
Realizável a longo prazo	9	2.770	2.635
Depósitos/Bloqueios judiciais e Contratuais		2.766	2.632
Outros Valores a Receber		3	3
Investimentos		30	30
Imobilizado Líquido	10	307.362	304.366
Intangível		111	87
Total do ativo não circulante		310.272	307.118
Total do Ativo		410.534	399.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Passivo a descoberto	Nota	31 de março de 2022	31 de dezembro 2021
Circulante			
Fornecedores	13	5.356	4.067
Obrigações Trabalhistas	11	7.134	5.219
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	126.233	123.260
Obrigações Societárias		1	1
Contas a Pagar	13	577	670
Outros Passivos	14	2.892	2.494
Total do passivo circulante		142.193	135.712
Não Circulante			
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	107.361	104.329
Provisão para contingências	15	59.380	68.885
Créditos para aumento de capital	18.a	276.179	269.865
Total do passivo não circulante		442.919	443.080
Total do passivo		585.113	578.792
Passivo a descoberto			
Capital Social	17	432.843	432.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20	21.198	20.881
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	18.b	69.635	69.635
Prejuízos acumulados	19.b	(698.256)	(702.802)
Total do patrimônio líquido		(174.579)	(179.443)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		410.534	399.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	Período de três meses findos	
		em 31 de março de	
		2022	2021
Receita Líquida dos serviços	21	24.490	21.640
Custos operacionais	22	(16.211)	(12.930)
Lucro Bruto		8.279	8.710
(Despesas)/Receitas operacionais		6.583	(9.532)
Despesas administrativas e gerais	23	(9.215)	(9.034)
Despesas para créditos de liquidação duvidosa	24	(16)	(597)
Despesas tributárias		(373)	(229)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	25	6.863	(44)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	10	0	0
Outras (despesas)/receitas operacionais	26	9.325	372
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		14.862	(821)
Receitas financeiras	27	2.080	482
Despesas financeiras	27	(13.914)	(6.298)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		3.028	(6.638)
IRPJ e CSLL			0
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	19.b	3.028	(6.638)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		0,0000	(0,0000)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	Nota	Período de três meses findos em 31	
		de março de	
		2022	2021
Resultado do Período		3.028	(6.638)
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão	20	317	4.550
Resultado Abrangente Consolidado do Período		3.345	(2.088)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Nota	Capital social (Nota 17)	Adiantamentos para Aumento de Capital (Nota 18)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 20)	Lucros/ (Prejuízos) acumulados (Nota 19)	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2021		432.843	69.635	20.881	(702.802)	(179.443)
Ajustes de Exercícios Anteriores	19.a				1.519	1.519
Lucro/Prejuízo líquido do período	19.b				3.028	3.028
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20			317		317
Em 31 de março de 2022		432.843	69.635	21.198	(698.256)	(174.579)
Mutações do período		0	0	317	4.547	4.864
Em 31 de dezembro de 2020		432.843	0	8.145	(625.960)	(184.972)
Ajustes de Exercícios Anteriores	19.a				(10.554)	(10.554)
Lucro/Prejuízo líquido do período	19.b				(6.638)	(6.638)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20			4.550		4.550
Em 31 de março de 2021		432.843	0	12.695	(643.151)	(197.614)
Mutações do período		0	0	4.550	(17.192)	(12.642)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Nota	Período de três meses findos em 31 de março de	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	19.b	3.028	(6.638)
Ajustes do Lucro Líquido			
Depreciação e amortização		4.466	4.144
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20	317	4.550
Ajustes de Exercícios Anteriores	19.a	1.519	(10.554)
Provisões (reversão) para contingências judiciais	25	(8.863)	44
Provisões (reversão) para perdas com créditos esperadas	24	16	597
Despesas de atualização monetária	27	6.314	1.224
Baixas de Imobilizado	19.a	-	9.298
Redução (Aumento) de Ativos			
Contas a receber	5	(1.029)	(2.837)
Estoques	7	(919)	(206)
Tributos a Compensar/Recuperar	8	(146)	(130)
Despesas antecipadas		(140)	25
Outros créditos	6	(2.180)	(375)
Outros ativos não circulantes	9	(134)	44
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores	13	1.289	125
Obrigações Trabalhistas	11	1.915	1.343
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	6.005	2.307
Outras Obrigações	13/14	305	419
Outros passivos não circulantes	15	(2.648)	(425)
Caixa gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		11.113	2.953
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	10	(7.457)	(1.498)
Aquisições do Intangível		(29)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(7.486)	(1.498)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Crédito para aumento de capital		-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.627	1.455
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	70.658	17.791
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	74.285	19.246
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		3.627	1.455
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
		0,00	0,00
		-	-

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Descrição	Nota	Período de três meses findos em 31 de março de	
		2022	2021
1 Receitas		27.658	24.090
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços	21	27.674	24.687
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24	(16)	(597)
2 Insumos adquiridos de terceiros		(9.129)	(5.374)
2.1 Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	22	(5.853)	(3.007)
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	22	(3.060)	(2.247)
2.3 Perda / Recuperação de valores ativos	10	0	0
2.4 Outras	26	(217)	(121)
3 Valor adicionado bruto		18.529	18.716
4 Retenções		2.397	(4.187)
4.1 Depreciação e amortização	22/23	(4.466)	(4.144)
4.2 Provisões	25	6.863	(44)
5 Valor adicionado líquido		20.926	14.529
6 Valor adicionado recebido em transferência		11.622	974
6.1 Receitas financeiras	27	2.080	482
6.2 Outras	26	9.541	493
7 Valor adicionado a distribuir		32.547	15.503
8 Valor adicionado distribuído		32.547	15.503
8.1 Pessoal		12.340	12.909
8.1.1 Remuneração Direta e encargos sociais	22/23	9.741	9.907
8.1.2 Benefícios	22/23	2.011	2.216
8.1.3 FGTS	22/23	588	786
8.2 Impostos, taxas e contribuições		3.265	2.934
8.2.1 Impostos, taxas e contribuições		3.265	2.934
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		13.914	6.298
8.3.1 Juros e Correção Monetária	27	13.914	6.298
8.3.2 Aluguéis		0	0
8.4 Remuneração de capitais próprios		3.028	(6.638)
8.4.1 Lucros retidos / Prejuízo do exercício	19.b	3.028	(6.638)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		0	0

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN é uma autoridade portuária que administra diretamente os portos públicos do Rio Grande do Norte - Porto de Natal e de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), o Porto de Maceió, do Estado de Alagoas. Neste último caso, conforme Convênio de Descentralização nº 001/2020, celebrado entre o Ministério da Infraestrutura e a CODERN, em 23.06.2020, tendo sido renovado pelo 3º aditivo nº 001/2020, com vigência até 20.06.2022.

Ressalta-se que no citado Convênio, foi previsto a constituição de um Grupo de Trabalho, composto por representantes do Ministério da Infraestrutura e da CODERN para análise, avaliação e elaboração de proposta, visando a departamentalização da Administração do Porto de Maceió na CODERN. O Grupo de Trabalho concluiu o estudo em 10/12/2020, que, a CODERN aguarda definição do Ministério Supervisor, quanto à concretização do assunto.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de Frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina, mesmo diante da forte influência dos Portos do Ceará e de Pernambuco, Portos estes mais robustos na infraestrutura portuária e atuando como concentradores de cargas da região Nordeste. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto Ilha, por ser uma ilha artificial em alto mar, é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no RN, maior produtor brasileiro desse produto; garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, sal, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis intermediárias são preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias (IAS 34).

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o período findo em 31 de março de 2022 a Companhia apresenta lucro líquido no montante de R\$ 3.028 mil. Tais lucros no período corrente ocorreram principalmente em decorrência da Receita com a Outorga EMPAT MAC 13 do Porto de Maceió no valor de R\$ 8.902 mil, bem como reversão de provisões judiciais no valor de R\$

9.987 mil relativo ao processo do Portus junto a CODERN-Sede. No tocante ao Prejuízo acumulado de exercícios anteriores registra um total de R\$ 702.802 mil.

A administração da Companhia buscando a adequação de sua estrutura de capital, para que possa dar continuidade as suas atividades operacionais, irá expandir e aperfeiçoar suas operações e cumprir sua missão de ser autoridade portuária. Para isso, a Diretoria Executiva - DIREXE criou e implantou, em outubro de 2019, o Plano de Saneamento Financeiro - PSF com a finalidade de definir e orientar a implantação de ações, nas áreas operacionais e administrativas, de modo que, todos os seus integrantes, de forma sistêmica e comprometida, pudessem cumprir suas missões alinhados com a recuperação financeira da empresa.

O PSF é um plano estratégico com objetivos voltados para alcançar o equilíbrio orçamentário, tão importante para a saúde financeira da empresa, e promover o seu crescimento financeiro e econômico.

Com a sua implantação, ele tem reduzido as incertezas nas tomadas de decisões proporcionando um alinhamento coerente e seguro com o processo decisório. O PSF é uma ferramenta importante para estabelecer padrões de desempenho que busquem a excelência na otimização de despesas e geração de receitas, além de atender às determinações do controle interno e externo da administração pública Federal e para possibilitar a governança da empresa com efetividade.

O PSF continua sendo uma ferramenta de gestão que busca monitorar, acompanhar e levantar as demandas das áreas operacionais e administrativas da empresa, visando o melhor controle das despesas com o intuito de alcançar resultados financeiros favoráveis.

Embora o PSF venha contribuindo bastante para o aperfeiçoamento da gestão de negócios e operações da empresa, o resultado ainda não tem sido satisfatório, tendo em vista a necessidade de investimentos oriundos de recursos da união, uma vez que a empresa não possui receita suficiente para investir em sua infraestrutura.

Como conclusão, para se chegar ao equilíbrio orçamentário e a Governança efetiva de que a empresa precisa, continuamos em busca da melhoria e do aperfeiçoamento constante dos processos que compõem as atividades da Companhia, visando estabelecer a sua saúde financeira e entregar resultados satisfatórios enquanto Autoridade Portuária.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como "empréstimos" no Balanço Patrimonial.

3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

A Companhia definiu como política para provisão de créditos de liquidação duvidosa um percentual de provisão baseado em expectativas futuras e eventos passados. No que se refere aos saldos não vencidos, com base na representatividade das provisões realizadas no contas a receber em atraso com relação ao faturamento anual, estimou-se um percentual de expectativa de perda a ser provisionado.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação societária e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

Bens em operação	Taxa anual
Infraestrutura Marítima	3,33% a 50%
Infraestrutura Acostagem	3,33% a 40%
Infraestrutura Terrestre	3,33% a 4%
Armazenagem	3,33% a 4%
Equipamentos	3,33% a 20%
Bens administração	Taxa anual
Terrenos	0%
Edifícios e benfeitorias	3,33% a 4%

Instalações	4%	a	10%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10%	a	20%
Equipamentos de informática	20%		
Móveis e utensílios	10%		
Veículos	5%	a	20%
Ferramentas	20%		

3.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes utilizando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetários incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto nº 8.945/16, bem como as atualizações monetárias sobre PORTUS Patronal, PORTUS parcelado e RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior calculados à taxa do INPC.

3.11 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2) que trata sobre ativo e passivos contingentes, onde estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

3.13 Tributos sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Por diversos exercícios subsequentes, a Companhia vem apresentando prejuízos fiscais no qual vem gerando ativo fiscal diferido, mas de acordo com a NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o lucro, um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido na medida que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados, como não existem estimativas formais sobre a Companhia gerar lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais ou créditos fiscais existentes, o reconhecimento do ativo fiscal diferido não foi realizado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2022	31/12/2021
Recursos em banco	3.931	3.715
Fundo rotativo	12	5
Recursos do Tesouro - SIAFI	57.125	64.392
Aplicações financeiras	13.217	2.547
Total de caixa e equivalentes de caixa	74.285	70.658

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extramercado com rentabilidade média de 2,19% no 1º trimestre de 2022, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado. Houve aumento de 419% no saldo de aplicações financeiras, principalmente pelo recebimento de recursos da Outorga EMPAT MAC 13 pela filial Porto de Maceió.

5. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 31 de março, assim especificado:

	31/03/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes	11.153	10.125
Menos: Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(6.098)	(6.088)
Contas a receber de clientes líquido	5.055	4.037
Total de contas a receber	5.055	4.037

6. Outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife, bem como do PORTUS relativo a devolução de recursos recolhidos indevidamente em conformidade com o acórdão nº 2738/2016 - TCU -2ª câmara.

Os saldos em 31 de março de 2022 estão apresentados a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Adiantamentos	911	565
Outros Valores a Receber	532	531
Servidores Cedidos a Disposição de Outros Órgãos	96	67
Valores a Receber de Terceiros	5.490	3.686
(-) Perda p/ Valores a Receber - Porto de Recife	(2.271)	(2.271)
Total de outros créditos	4.758	2.577

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Material de consumo permanente da sede	1.088	1.393
Material do Terminal Salineiro de Areia Branca (TERSAB)	7.768	6.489
Material de consumo permanente de Maceió	144	199
Total de estoques	9.000	8.081

Houve aumento de 11% nos saldos de estoque, principalmente em relação ao Terminal Salineiro de Areia Branca, em virtude de entrada de bens permanentes que serão imobilizados no exercício de 2022.

8. Tributos a Compensar

Refere-se a tributos retidos na fonte sobre aplicações financeira ou de serviços prestados pela Companhia, créditos de PIS e COFINS sobre compras ou serviços tomados da operação, além de tributos pagos a maior em períodos anteriores.

	31/03/2022	31/12/2021
Tributos Retidos na Fonte	726	632
Tributos sobre Compras e Serviços a Recuperar	6.264	6.211
Total de tributos a compensar	6.990	6.843

9. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais e Bloqueios judiciais, assim especificados:

	31/03/2022	31/12/2021
Depósitos/bloqueios judiciais	8.494	8.590
(-) Provisão para depósitos/bloqueios judiciais	(5.728)	(5.958)
Outros valores a receber	3	3
Total de ativo realizável a longo prazo	2.770	2.635

10. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 31 de março de 2022 estão apresentados de acordo com os critérios da nota 3.6 e a conciliação do valor contábil no início e no final do período consta no quadro a seguir:

Descrição	Custo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Custo em 31/03/2022	(-) Depreciação acumulada	(-)		31/03/2022	31/12/2021
						Ajuste ao valor recuperável			
ação	572.007	2.825	0	574.832	(236.467)	(110.605)		227.761	229.098
a marítima	56.948	314	0	57.262	(9.885)	(32.556)		14.821	14.790
a acostagem	417.353	2.099	0	419.453	(164.144)	(78.049)		177.260	177.610
a terrestre	496	0	0	496	(230)	0		266	266
n	2.224	0	0	2.224	(881)	0		1.342	1.362
s	94.986	412	0	95.398	(61.327)	0		34.072	35.070
ação	101.354	500	0	101.855	(27.026)	(64.849)		9.979	9.778
	96	0	0	96	0	0		96	96
rnefeitorias	81.163	58	0	81.221	(11.343)	(63.421)		6.457	6.497
	11.386	130	0	11.516	(9.552)	(975)		989	902
arelhos e equipamentos	4.471	15	0	4.487	(3.034)	(454)		999	1.058
s de informática	2.017	162	0	2.179	(1.560)	0		619	483
nsilios	1.072	67	0	1.139	(839)	0		299	254
	551	0	0	551	(557)	0		(6)	0
	99	0	0	99	(73)	0		26	28
ntos de reposição	500	68	0	567	(67)	0		500	460
ros	63.955	0	0	63.955	0	0		63.955	63.955
a marítima	3.113	0	0	3.113	0	0		3.113	3.113
a acostagem	60.842	0	0	60.842	0	0		60.842	60.842
m curso	1.535	4.132	0	5.667	0	0		5.667	1.535
imobilizado	738.852	7.457	0	746.309	(263.493)	(175.454)		307.362	304.366

Conforme determina A NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado no final do exercício de 2021, sendo os ativos agrupados em 04 unidades geradoras de caixa, assim denominadas:

- ✓ UGC Terminal Salineiro de Areia Branca (controladora)
- ✓ UGC Porto de Natal (controladora)
- ✓ UGC Terminal de Passageiros (controladora)
- ✓ UGC Porto de Maceió (controlada)

adora de caixa	Saldo em 31/12/2021	Provisão de perda por desvalorização	Reversão de perda por desvalorização	Baixa por inventário	Saldo em 31/03/2022
al Salineiro de Areia Branca	68.196				68.196
e Natal	90.019				90.019
al de Passageiros	0				0
e Maceió	17.239				17.239
	175.454	0	0	0	175.454

11. Obrigações trabalhistas

Os valores de obrigações trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, provisões de férias e 13º salários e outras obrigações, assim discriminadas:

	31/03/2022	31/12/2021
Salários e Remunerações a Pagar	14	891
13º Salário a Pagar		0
Férias a Pagar	-	0
Reclamações Trabalhistas a Pagar	1.854	0
Rescisões a Pagar	-	6
Provisão para Férias	4.165	4.083
Provisão para 13º Salário	647	0
Plano de Saúde	-	0
REMUNERACAO CONFIS/CONSAD	22	22
Diárias	1	1
Outras obrigações trabalhistas	431	217
Total de obrigações trabalhistas	7.134	5.219

12. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Os valores de obrigações fiscais e previdenciárias reconhecidos no passivo circulante e não circulante compreendem valores relativo a INSS, FGTS, Plano de Previdência Complementar, Tributos correntes ou parcelados, entre outras obrigações, assim discriminadas:

	31/03/2022	31/12/2021
Encargos Sociais e Previdenciários a Recolher	108.779	104.495
INSS a Pagar	19.485	17.927
FGTS a pagar	218	286
Plano de Previdência Complementar	87.919	85.222
INSS - Autônomos	230	212
INSS - Terceiros	927	848
Obrigações Fiscais	17.454	18.765
Tributos Federais a Recolher	8.938	8.875
Tributos Federais - Terceiros	2.505	2.549
Parcelamentos Fiscais - Federais	3.516	2.648
Tributos Municipais	1.006	4.004
Parcelamentos Fiscais - Municipais	1.489	690
Outras Obrigações Fiscais	0	0
Total de obrigações trabalhistas - circulante	126.233	123.260

	31/03/2022	31/12/2021
Encargos Sociais e Previdenciários a Recolher	64.468	64.289
Plano de Previdência Complementar	64.468	64.289
Obrigações Fiscais	42.893	40.040
Parcelamentos Fiscais - Federais	39.427	39.986
Tributos Municipais	3.466	55
Total de obrigações trabalhistas - não circulante	107.361	104.329

Os valores relativos ao Plano de Previdência Complementar compreendem contribuições dos empregados, patronal, parcelamentos, déficit atuarial, RTSA, bem como o termo de compromisso financeiro firmado em jun/2020 objetivando o saneamento do déficit atuarial, assim discriminadas:

	31/03/2022	31/12/2021
Passivo circulante	87.919	85.222
PORTUS RTSA	32.429	31.291
PORTUS - Retido dos Empregados	976	926
PORTUS Assistidos	3.336	2.985
PORTUS - Contribuição Patronal	20.083	20.176
Portus - Parcelado	26.785	25.516
Portus - TCF	4.274	4.266
Portus - Contribuição Extraordinária	36	63
Passivo não circulante	64.468	64.289
PORTUS RTSA	9.038	8.873
PORTUS - Termo de Compromisso TCF	39.519	38.799
Déficit Atuarial - Portus	15.910	16.618
Total de Plano de Previdência Complementar	152.386	149.510

13. Fornecedores e Contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo. Estão apresentadas como se segue:

a) Fornecedores

Valores correspondentes a fornecedores de materiais e prestadores de serviços:

	31/03/2022	31/12/2021
Fornecedores de bens e materiais	2.537	2.612
Fornecedores de serviços	2.819	1.455
Total de fornecedores	5.356	4.067

b) Contas a pagar

Os valores de contas a pagar correspondem a valores a pagar para concessionárias de serviços essenciais, empregados, estagiários e terceiros, conforme descrito a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Água e Esgoto	-	-
Energia Elétrica	508	610
Correios	0	2
Telefone	3	4
Internet	2	3
Empregados	7	4
Estagiários	7	9

Terceiros	52	38
Total de contas a pagar	577	670

O saldo a pagar de energia elétrica, refere-se às faturas emitidas em março/2022 a serem pagas em abril/2022.

14. Outros passivos

Os valores de outros passivos correspondem principalmente a valores de caução para garantia de contratos ou serviços e outras obrigações, onde detalhamos a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Caução	2.700	2.324
Valores Pendentes de Classificação	106	106
Tribunal Regional Federal	0	20
Outras Obrigações	83	41
Contribuição Sindical	1	1
CPMF	1	1
Total de contas a pagar	2.892	2.494

15. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências Cíveis	Contingências Trabalhistas	Contingências Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	46.988	3.438	18.459	68.88
Provisões constituídas no período	172	661	3.412	4.24
Baixas de provisões	0	0	0	
Reversões	(9.989)	(2.728)	(1.035)	(13.75)
Total de provisões	37.171	1.372	20.837	59.38

15.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.03.2022, totalizou R\$ 1.372 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos 04 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de R\$ 125 mil e corresponde à diferença de remuneração incorporada em folha de pagamento, tendo sido julgado parcialmente procedente.

Na filial de Maceió, temos 15 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de 792 mil e corresponde a vantagens de horas extras e reflexos, decorrido o prazo para manifestação do reclamante.

15.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde à valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.03.2022, totalizou R\$ 37.171 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

O saldo de R\$ 35.653 mil corresponde a um processo da matriz, relativo a contribuições previdenciárias do Portus provenientes do Porto do Recife: 1. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDAS - (ano de 1997 - em 180 parcelas - consistentes das contribuições de junho/1993 a novembro/1994 e julho/96 a abril 97) - débito cobrado por parcelas não pagas a partir de 2001, referente as parcelas vencidas de 46 a 48 e 50 a 85 e parcelas vincendas de 86 a 180. 2. Contribuições Normais - Período: julho a dezembro/1999 e fevereiro/2000 a fevereiro/2001 e abril/2001. Houve recursos até o STJ, sendo mantida a condenação solidária da CODERN e o Porto do Recife.

A CODERN e o PORTUS formalizaram o termo de Compromisso Financeiro do Déficit atuarial, tendo sido reconhecido o débito em junho/2020, cuja 1ª parcela foi paga em agosto/2020 e vem sendo paga mensalmente. A dívida se encontra em fase de negociação.

Na filial de Maceió encontra-se registrado 09 processos em trâmite, sendo o mais relevante no valor de R\$ 560 mil, relativo à PETROBRÁS.

15.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde à valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.03.2022 o montante de R\$ 20.837 mil, em obediência a NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos 02 processos em andamento relativo a falta de recolhimento de ICMS de jan/91 a jan/92 e penalidade por falta de emissão de documento fiscal (conhecimento de transporte hidroviário de cargas) referente as prestações de serviços efetivadas no período de jan/90 a dez/91, com saldo de 11.499 mil. As ações possuem garantias de bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia.

Na filial de Maceió, temos 10 processos em andamento, sendo o processo de maior relevância no total de R\$ 4.143 mil, tendo como credor a União Federal.

15.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 31.03.2022 somou R\$ 155.614 mil, assim especificadas:

	31/03/2022	31/12/2021
Causas trabalhistas	9.861	10.781
Causas fiscais	8.949	24.044
Causas cíveis	136.804	122.224

Total	155.614	157.049
--------------	----------------	----------------

Na matriz, temos 31 processos relativo a causas trabalhistas, os mais relevantes correspondem a indenização por Acidente de Trabalho (R\$ 1.000 mil), ocorrido no Porto Ilha, o qual a CODERN está recorrendo da decisão, processo do Ministério Público (TAC) apresentado bens à penhora (R\$ 316 mil), bem como indenização de horas extras (R\$ 301 mil), aguardando prazo para apresentação de defesa.

Na matriz, temos 06 processos relativo a causas fiscais, correspondem a débitos inscritos na Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral da União, no qual alguns possui garantia de penhora de imóvel e recursos financeiros.

Na matriz, temos 43 processos relativo a causas cíveis, os mais relevantes correspondem a contribuições do Portus (R\$ 53.814 mil), questiona-se diversos períodos de contribuições não pagas provenientes dos Portos de Recife, Cabedelo e Maceió: 1) no período de 17 de janeiro de 1991 até 06 de Junho de 2001, em relação ao Porto de Recife; 2) no período de 19 de novembro de 1990 até dezembro de 2010, com relação ao Porto de Maceió; 3) no período de 19 de novembro de 1990 até 31 de dezembro de 1997, com relação ao Porto de Cabedelo; Os processos estão tramitando, sendo um em fase de instrutória na Justiça Federal do Rio de Janeiro e outro em fase de recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; reequilíbrio contratual/indenização(R\$ 12.480), a decisão interlocutória que afastou a prescrição foi recorrida por agravo ao TRF5; e a operacionalização de escâner de container(11.000.000), aguarda ciência de instrução.

Na filial de Maceió, existem 31 processos referentes a causas trabalhistas, sendo que o mais relevante, refere-se às verbas trabalhistas, no valor de R\$ 848 mil, referentes horas extras e reflexos.

Na filial de Maceió, identifica-se 09 processos referentes a demandas cíveis, sendo o mais relevante é atinente à Mendes Júnior, no valor de R\$ 26.643 mil.

16. Provisão de Déficit Atuarial - Planos de Pensão

No exercício de 2019, a Codern fez o primeiro reconhecimento contábil relativo ao déficit atuarial do plano de benefício definido PBP1, com base em relatório atuarial e em atendimento ao CPC 33 (R1) - benefício a empregados.

	31/03/2022	31/12/2021
Déficit atuarial	15.910	16.618
Total	15.910	16.618

A redução do Déficit ocorreu em virtude do Termo de Compromisso Financeiro que foi firmado com o PORTUS, no valor total de R\$ 38.512 milhões, com entrada de R\$ 265 mil e o saldo residual parcelado em 177 parcelas mensais e sucessivas, que será atualizada mensalmente pelo INPC, acrescido da taxa de juros anual de 4,81% e sistema de amortização Price.

16.1. Cálculo Atuarial do plano pós-emprego

O estudo atuarial do plano apresenta déficit de R\$ 15.910 em 31/03/2022 (R\$ 16.118 mil em 31/12/2021), os valores apurados conforme laudo atuarial e os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

16.2. Valor justo dos Ativos

O valor justo dos ativos do plano no período é demonstrado a seguir:

16.3. Premissas Atuariais

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:

17. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de março de 2022 soma R\$ 432.843 mil.

	Em R\$	% Participação	R\$ mil Quantidade de ações
Acionistas			
União Federal	432.843	100%	181.197.364.435

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de ação	Em R\$	Quantidade de ações
Ordinárias nominativas	234.974	98.365.213.231
Preferenciais nominativas	197.869	82.832.151.204

18. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional até a data de 21/06/2018, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

	31/03/2022	31/12/2021
Porto de Natal e Areia Branca	71.553	69.876
Porto de Maceió	204.626	199.989
Total de créditos para aumento de capital	276.179	269.865

b. Valores registrados no Patrimônio Líquido

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional a partir da data de 22/06/2018, ocasião que a Companhia passou a ser empresa pública, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, sem correção à taxa Selic de acordo com o parágrafo único do disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

	31/03/2022	31/12/2021
Adequação de Instalações Gerais e de Suprim. no TERSAB	67.351	67.351
Implantação Programa de Conformidade do G. Resíduos Sólidos	1.075	1.075
Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos no PORNAT	743	743
Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária - Nacional	7	7
Aquisição de Grupo Gerador - Porto de Natal	460	460
Total de adiantamentos para futuro aumento de capital	69.635	69.635

19. Prejuízos acumulados

a. Ajuste de Exercícios Anteriores

A Companhia realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em virtude de retificação de erros não intencionais, onde o impacto no resultado de períodos anteriores corresponde a R\$ 1.519 mil (R\$ -10.554 em 31/03/2021).

b. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou Lucro Líquido de R\$ 3.028 mil em 31/03/2022 (Prejuízo de R\$ 6.638 mil em 31/03/2021).

No entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas não desembolsáveis, tais como: depreciação, *impairment*, variação monetária passiva e provisões para contingências ou para créditos de liquidação duvidosa, houve um aumento no lucro da Companhia, alcançando R\$ 10.516 mil em 31/03/2022, conforme o quadro a seguir:

	31/03/2022	31/03/2021
Resultado líquido	3.028	(6.638)
Ajustes ao resultado líquido	7.488	8.777
Depreciação e amortização	4.466	4.144
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	0	0
Provisões	(6.847)	640
Despesas de atualização monetária	9.869	3.993
Resultado líquido ajustado	10.516	2.139

20. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um ganho líquido de R\$ 317 mil (4.550 em 31/03/2021) relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido, conforme linha c.14 do quadro informado na Nota 16.1.

21. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

	Período de três meses findos em 31 de março de	
	2022	2021
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	6.301	6.183
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	1.265	943
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	10.840	10.286
Receitas por Movimentação de Cargas	1.381	1.352
Receitas de Armazenagem	1.285	1.515
Receitas por Diversos Padronizados	3.591	2.297
Receitas com Contratos de Arrendamento	2.993	2.101
Receitas Alternativas	18	10
Total da receita bruta	27.674	24.687
Receitas com Contratos de Uso Temporário	(3.184)	(3.047)
Total de receitas de serviços prestados	24.490	21.640

Ocorreu aumento de 56% na Receita por Diversos Padronizados, em virtude de variação crescente da Receita com ressarcimento de energia elétrica no 1º trimestre/2022.

Verificou-se ainda aumento de 42% na Receita com Contratos de Arrendamento, reflexo dos reajustes dos contratos de arrendamento ocorridos nos meses de junho, julho e dezembro/2021.

22. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

	Período de três meses findos em 31 de março de	
	2022	2021
Custo com Pessoal	6.478	6.748
Serviços	4.038	1.992
Materiais	1.815	1.015
Outros	3.881	3.176
Total de custos operacionais	16.211	12.930

Registrou-se aumento de 103% no Custo com Serviços, em razão do acréscimo no consumo de energia elétrica. Identificou ainda aumento de 79% no custo com Materiais, decorrente do significativo custo com combustíveis, devido principalmente à majoração nos preços do óleo diesel.

23. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

	Período de três meses findos em 31 de março de	
	2022	2021
Despesas com Pessoal	5.862	6.161
Serviços de Terceiros	2.286	1.473
Utilidades	208	128
Despesas Gerais	566	645
Depreciação	294	627
Total de despesas administrativas e gerais	9.215	9.034

Observou-se redução de 5% na Despesa com Pessoal, em razão de decréscimo nas despesas com gratificação de função, férias, previdência privada e honorários da diretoria. Ademais, ocorreu redução de 12% em despesas gerais, decorrente de classificação contábil inadequada, no tocante ao registro dos custos com energia elétrica, em conta de Despesa, no mês de fevereiro/2021, tendo sido regularizado no exercício de 2022.

Verificou-se ainda aumento de 55% da Despesa com Serviços de Terceiros, principalmente pelo acréscimo nas despesas com serviços advocatícios, consultoria e força supletiva (R\$ 519 mil).

24. Créditos de liquidação duvidosa

Refere-se às Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD de valores a receber de clientes, bem como aos valores de provisões para depósitos e bloqueios judiciais, de acordo com a nota 3.4.

25. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas, cíveis ou fiscais de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos com êxito para a Companhia.

Período de três meses findos em 31

	de março de	
	2022	2021
Provisão para contingências	(4.073)	(1.280)
Reversão de provisões	10.936	1.236
Saldo líquido de provisões constituídas	6.863	(44)

A principal variação no período corresponde a reversão de Provisões Judiciais no valor de R\$ 9.987 mil relativa ao processo do Portus junto a CODERN-Sede.

26. Outras (despesas) /receitas operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas eventuais recebidos de clientes, reembolso de despesas ou reversão de déficit atuarial, bem como despesas eventuais como ajustes de estoques por extravios, avarias ou perdas, e multas sofridas por órgãos reguladores.

	Período de três meses findos em 31 de março de	
	2022	2021
Outras Receitas	9.541	493
Receitas eventuais	0	62
Venda de sucatas	248	0
Liberação de depósito recursal	0	0
Taxa para operação portuária	2	0
Reversão de déficit atuarial	390	431
Outorga EMPAT MAC 13	8.902	0
Outras Despesas	(217)	(121)
Ajustes de estoques	(195)	(62)
Patrocínios	0	0
Multas	(22)	(59)
Outras	0	0
Total de outras receitas/despesas	9.325	372

A principal variação ocorreu por conta da receita com a Outorga do Leilão Empat MAC 13 no valor de 8.902mil referente ao Porto de Maceió.

27. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros e variação monetária da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social e variações monetárias decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 406, do Decreto 9.580/18 - RIR.

	Período de três meses findos em 31 de março de	
	2022	2021
Receitas financeiras	2.080	482
Juros ativos	211	52
Variações monetárias ativas	223	128
Multas ativas	17	271
Descontos obtidos	290	20
Outras receitas financeiras	1.339	9
Despesas financeiras	(13.914)	(6.298)
Juros passivos	(1.309)	(537)
Variações monetárias	(44)	(330)
Encargos financeiros AVP	0	(4)
Atualização monetária	(420)	(16)
Despesas bancárias	(21)	(18)
Multas	(432)	(106)
Juros s/ PORTUS	(1.574)	(1.587)
Variação monetária s/ PORTUS	(3.555)	(2.441)
Variação monetária s/ créditos de acionista - decreto 2678/98	(6.314)	(1.224)
Atualização monetária - INSS	(153)	(35)
Variação monetária s/ dívida	3	0
Outras despesas financeiras	(95)	0
Total do resultado financeiro	(11.834)	(5.817)

Houve aumento de 333% na receita financeira referente ao primeiro trimestre de 2022, a variação ocorreu principalmente pelo reconhecimento de rendimentos financeiros originados de recursos recebido da União para aplicação no Terminal Salineiro de Areia Branca.

Houve aumento de 121% na despesa financeira do exercício de 2022, a variação ocorreu principalmente pelo reconhecimento de atualização monetária de tributos em

atraso referentes ao Porto de Maceió (filial), bem como atualização monetária da dívida junto ao Portos e créditos da união para aumento de capital, sendo o aumento originado pelo aumento das taxas Selic e INPC.

28. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

28.1 Outras partes Relacionadas

Conforme previsto em Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia é composto, dentre outros, de um representante da Classe Empresarial, indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária. Atualmente este cargo se encontra vago.

29. Maior e Menor Remuneração de Dirigentes e Empregados e Salário Médio

Descrição	2022	2021
Administradores		
Menor	18	18
Maior	21	28
Empregados		
Menor	1	1
Maior	18	33
Médio	3	5

Encontram-se incluso nos valores da maior e menor remuneração todas as vantagens e benefícios, em consonância com o previsto na Resolução CGPAR nº 03/2010.

30. Eventos Subsequentes

30.1 Arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca

Em 05 de novembro de 2021, o Consórcio Intersal arrendou o Terminal Salineiro de Areia Branca, onde serão investidos R\$ 164 milhões, o qual foi promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na Bolsa de Valores de São Paulo.

Como a assunção da área por parte do arrendatário está prevista para o mês de novembro de 2022, a CODERN deverá apresentar uma grande redução nas suas despesas e receitas no próximo exercício.

Vale destacar os seguintes impactos estimados gerados pelo Arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca, como segue:

a) DESPESAS:

. Pessoal -

. Operacional - Permanecerá sob a responsabilidade da Companhia a manutenção do canal de acesso, manutenção de área remanescente, despesas com pessoal do grupo de supervisão da GERTAB, veículo, serviços de água, luz, telefone e combustível e contratos com terceiros, com custo estimado de R\$ 4.394.000/ano.

b) RECEITAS:

A arrecadação proveniente do arrendamento será originada de uma parcela variável mensal, com base no quantitativo de sal movimentado, e de uma parcela fixa mensal.

A CODERN também receberá recursos advindos da tabela I, pela utilização do canal de acesso e recursos do tarifário pela utilização das instalações do Terminal Salineiro.

A Receita total estimada é de R\$18.565.000/ano.

Resalta-se ainda os reflexos oriundos do PDVE implantado pela Companhia, cuja execução resultará em significativa redução no quantitativo de pessoal, bem assim da despesa/custo com pessoal, considerando as adesões, como também empregados que não optaram pelo PDVE, conforme abaixo especificado.

Discriminação	Sede/Natal	Areia Branca	Total
Adesão	20	62	82
Desligamentos	05+04 (alvo)	05	14
Redução	R\$ 179.417,39	R\$ 37.427,09	R\$ 216.844,48
Meta	R\$ 339.311,93	R\$ 742.374,53	R\$ 1.081.686,46

30.2 Imunidade Tributária

Considerando que a Companhia vem apresentando déficit financeiros nos últimos 5 anos, considerando ainda a redução da Receita Operacional da CODERN, em vista do

arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca a partir de 01/11/2022, a CODERN ingressou com processo judicial, a fim de pleitear imunidade tributária dos impostos relativos a ISS, IPTU e IPVA, de Natal e Areia Branca, uma vez que é uma Empresa Pública Federal, concessionária de serviços públicos pertinentes ao funcionamento de portos organizados do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 21, inciso XII, alínea f, da Constituição Federal, sendo qualificada como Autoridade Portuária pela Lei nº 8.630/93, e, posteriormente, pela Lei nº 12.815/13, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, conforme se constata de seu Estatuto Social, e precedentes do STF.

Com relação ao pleito ao Município de Areia Branca, em 28/09/2022, a 10ª Vara Federal emitiu Decisão favorável à CODERN, deferindo o pedido de antecipação de tutela para reconhecer a imunidade tributária recíproca referente ao IPTU e ISS da CODERN em face do Município de Areia Branca.

Quanto aos impostos de Natal/RN, a 1ª Vara Federal, emitiu Despacho na mesma data, intimando a parte para apresentar manifestação sobre o pedido de tutela de urgência, no prazo de 10 dias, e no prazo de 15 (quinze) dias mensurar devidamente o valor da causa, com base no proveito econômico a ser auferido no presente feito.

No tocante aos impostos estaduais (ICMS e IPVA), em 24/10/2022, a 1ª Vara Federal - RN, intimou a parte autora para mensurar devidamente o valor da causa, com base no proveito econômico a ser auferido na presente demanda, bem como para juntar comprovante das custas iniciais complementares, caso necessário, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito.

Vale ressaltar que, após o trânsito em julgado dos citados processos, cujas decisões em sendo favoráveis à CODERN, haverá o reembolso dos impostos pagos nos últimos 5 anos, bem como o cancelamento dos débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado.

31. Reclassificação de Saldos Comparativos

Os saldos comparativos das demonstrações contábeis intermediárias foram reclassificados, objetivando uma melhor apresentação do seu desempenho operacional. As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o prejuízo do exercício.

CARLOS EDUARDO DA COSTA ALMEIDA
Diretor Presidente
CPF Nº 033.699.918-61

ULISSES DANILO SILVA ALMEIDA
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 843.994.147-15

ROBERTO SANTOYO
Diretor Técnico Comercial
CPF Nº 504.434.887-20

FRANCISCO JOSEFRAN DE AQUINO JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros
CPF Nº 011.815.944-56

ANA MARIA DE SENA
Contadora - CRC 3815/RN
CPF Nº 201.065.804-34



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria de Sena, Analista Portuário - Contador - Técnico Portuário - Técnico Em Contabilidade**, em 06/02/2023, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Josefran de Aquino Junior, Gerente de Recursos Financeiros**, em 09/02/2023, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Ulisses Danilo Silva Almeida, Diretor Administrativo e Financeiro**, em 09/02/2023, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Da Costa Almeida, Diretor Presidente**, em 09/02/2023, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Santoyo, Diretor Técnico e Comercial**, em 14/02/2023, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6793119** e o código CRC **33DAB80F**.



Referência: Processo nº 50902.000513/2023-20



SEI nº 6793119

Av. Eng. Hildebrando de Gois, 220, - Bairro Ribeira
Natal/RN, CEP 59010-700
Telefone: 4005-5330